

Vontade Coletiva em tempo de crise orgânica

Maria Dolores Campos Rebollar¹
Herculis Pereira Tolêdo²

Resumo

Neste artigo, os autores colocam em questão elementos da atual realidade política nacional. A partir do conceito de *vontade coletiva* de Antonio Gramsci, a perspectiva antidemocrática justificada enquanto bandeira política do suposto combate à corrupção, durante o processo eleitoral foi confirmada nos 4 primeiros meses do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. O artigo confirma a existência de uma crise orgânica e de autoridade evidenciando a falta de condições das diversas forças políticas para o exercício da hegemonia e, dos perigos para a preservação de um Estado democrático.

Introdução

[...]Odio a los indiferentes. Creo, como Friedrich Hebbel, que <vivir significa tomar partido> [...] Lo que ocurre no ocurre tanto porque algunas personas quieren que eso ocurra, sino porque la masa de hombres abdica de su voluntad, deja hacer, deja que se aten los nudos que luego sólo la espada puede cortar, deja promulgar leyes que después sólo la revuelta podrá revogar, deja subir al poder a los hombres que luego sólo un motín podrá derrocar [...] (Gramsci, 11 de febrero de 1917)³

Destacaremos alguns elementos da realidade política brasileira, a partir da eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro, apoiando-nos em categorias gramscianas, visando contribuir para a compreensão deste momento histórico sabendo que as análises só adquirem significado “se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade” (GRAMSCI, 2011, p.45). Ou seja, se estão engajadas na busca de caminhos para o enfrentamento de retrocessos e, o fortalecimento de uma *vontade coletiva nacional-popular* capaz de disputar um projeto de poder.

Elas [as análises de relações de força] mostram quais são pontos de menor resistência, nos quais a força de vontade pode ser aplicada de modo mais frutífero, sugerem as operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será mais bem compreendida pelas multidões, etc. (GRAMSCI, 2011, p. 46, grifo nosso)

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Colaboradora com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (UFF). Autora dos livros: “O Indigenismo Alternativo dos anos 1970-2000” (2016); “Travesía – Una experiencia de cooperación em Brasil” (2010).

² Doutorando e mestrado em Serviço Social (PUC-RIO), graduado e licenciado em Ciências Sociais (UERJ, 2004) e Relações Internacionais (UNESA, 1997). Desenvolve projetos com a temática na área de fundamentos do Serviço Social, Políticas Públicas, Participação e Controle Democrático. Premiada Bolsa Doutorado Nota 10 FAPERJ (2019) e pela Inovação em Gestão e Proteção Social, ENAPEGS (2014).

³ O texto foi publicado, junto com outro conjunto de textos, por Sergio Caprioglio para Giulio Einaudi Editore, na coleção “La ciudad futura. Escritos 1917-1918 (1892). A editorial Planeta de Barcelona (Espanha) os publica no livro *Ódio a los indiferentes* (2011).

Entendemos, portanto, que uma questão principal no atual contexto político é saber se a força coletiva democrática e popular terá condições de fortalecer-se, de tornar-se “mais homogênea, compacta e consciente de si” (idem) para disputar hegemonia.

O que é Vontade coletiva

Falar de *vontade coletiva* na perspectiva gramsciana supõe ir além de metas reduzidas a pequenas esferas de interesses. Falamos de uma luta que necessariamente é instigada por um horizonte que pleiteia uma determinada visão de mundo. Ou seja, a *vontade coletiva* para Antonio Gramsci não se reduz a reações espontâneas, mas ações criativas e organizadas de grupos inseridos em uma disputa por hegemonia. Consequentemente, haveria de se ter a consciência de um projeto maior que não fica na pequena política e que se move em direção ao Estado, neste caso, radicalmente democrático e popular. Almeja-se, ao final, outro nível de civilização que envolve a mudança de costumes e atitudes, sempre a partir do movimento do real, do concreto, do historicamente possível.

Assim sendo, o Estado entra na disputa principal, sendo que, através das políticas públicas (educativas, econômicas, ou, no campo do Direito), se disseminam, potencializam ou reprimem modos e relações de produção, visões de mundo, comportamentos e atitudes sociais. Esse é caráter educador do Estadodiz Gramsci.

Se todo Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) [...] (GRAMSCI, 2011, p.28).

No entanto, essa disputa está também na sociedade civil, não apenas no âmbito governamental, pois entendemos o Estado em sua concepção “ampla”, abrangendo a sociedade política e civil com todos os aparelhos de hegemonia (igrejas, organizações culturais, empresariais, cooperativas, redes sociais, sindicatos, movimentos sociais, meios de comunicação etc.). Falamos da “sociedade civil” como “um extenso e complexo espaço da moderna sociedade onde se travam os enfrentamentos ideológicos, políticos e culturais que definem a hegemonia de um grupo dirigente sobre toda a sociedade” (SEMERARO, 1999, apud LOLE; STAMPA, 2018, p.47).

Falamos do “homem coletivo”⁴ cuja vontade nessa disputa é tornar-se universal, conquistar a hegemonia que para Gramsci está no campo econômico, político e cultural. “A cultura é um dos instrumentos da práxis política, sendo esta a via que pode propiciar às massas uma consciência criadora de história, de instituições, fundadora de novos Estados” (LOLE; STAMPA, 2018, p.48). Portanto, *vontade coletiva* em Gramsci comporta consciência crítica das massas, uma *reforma intelectual e moral* para a progressão de uma “cultura” mais elevada⁵. Comporta a organização popular, a defesa de um Estado radicalmente democrático apoiado no diálogo permanente das diversidades em prol de um projeto de sociedade mais elevado, ou seja, que supere as relações de desigualdade e opressão impostas pelo capitalismo.

A eleição de Bolsonaro e a crise (de hegemonia) dentro da crise (orgânica)

O governo Bolsonaro evidenciou, mais do que nunca, a falta de aparelhamento entre as necessidades da estrutura (que no estágio atual do capitalismo– neoliberalismo- obriga a um recrudescimento da precarização e exploração humana e ambiental a nível global) e, a superestrutura (com o avanço de uma cultura democrática, da luta contra as desigualdades, de respeito às diversidades, a garantia de um Estado de direitos, laico, que equilibra as diferentes forças garantindo a preservação dos bens comuns; da coisa pública). Instala-se dessa forma uma crise orgânica.

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora de pura força coercitiva, isso significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer (Q 3, 34,311[CC,3,184]). (LA PORTA, 2017, p.162-163)

A atual crise orgânica, ou seja, a fratura entre a estrutura e a superestrutura está desencadeando polarizados conflitos nas sociedades de numerosos países. O mercado tenta submeter os Estados e a sociedade a seus interesses. Necessita de uma cultura

⁴Apoiamo-nos no Caderno do Cárcere 10 onde Gramsci fala do *homem coletivo* como uma unidade ‘cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim com base em uma idêntica e comum concepção de mundo. Ver também no Dicionário Gramsciano, notas de Rocco Lacorte (2017 p 383).

⁵Entendendo essa elevação como uma sociedade que reconfigura suas relações para que estas sejam mais humanas, democráticas e justas.

*pseudodemocrática*⁶ e neutralizar as resistências populares. Não há condições para lidar com tensões dialógicas de democracias que avancem para o estabelecimento de relações entre governantes e governados embasadas em amplos consensos.

“A democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido do governo com o consentimento dos governados)” (GRAMSCI, 2010, p. 50), porém, o que vemos é o aumento progressivo de conflitos polarizados, como é o caso do Brasil, entre progressistas e conservadores. A ala de extrema direita que ocupou o governo espalha um conjunto de ideias (ditadura da esquerda, democracia caótica, desordem e balbúrdia, perda de “progresso” etc.); crenças (meritocracia e desigualdade naturalizada, Deus acima de todos, a invenção da mudança climática etc.); e emoções (como o ódio e o medo) que buscam justificar o injustificável, para satisfazer a voracidade de um mercado que se debate com o que há de mais novo e avançado na sociedade brasileira. Constatando-se que “a crise orgânica é justamente constituída por uma fratura entre a estrutura e superestrutura, determinada pelo surgimento de contradições que nascem no momento em que a superestrutura se desenvolve em não conformidade com a estrutura” (LA PORTA, 2017, p.163).

Esse pano de fundo, a nova onda do capital em sua fase de super acumulação e busca do aumento de suas taxas de lucratividade parece não comportar mais a democracia liberal nos moldes que a conhecemos. O movimento do bloco ultraconservador do sistema capitalista precisa esvaziar o papel da política e re-configurar os Estados para o total controle sobre as matérias primas (petróleo, água, territórios etc.) e satisfazer sua avidez essencial. Nessa disputa, cabe salientar que o controle e uso das novas tecnologias da comunicação se tornaram fundamentais como ferramentas de dominação.

Jair Messias Bolsonaro foi escolhido presidente em 2018 com 57.797 milhões de votos⁷ (55,13%) frente aos 47.040 milhões de votos (44,87%) de seu opositor Fernando Haddad provocando um giro no projeto democrático de país que estava em andamento. O governo de Jair Messias Bolsonaro representa os interesses das elites oligárquicas brasileiras em aliança com os interesses internacionais representados em primeira instância pelo governo estadunidense liderado pelo Presidente Trump. Abriu-se a porta para a disseminação e

⁶Pseudo é um termo de origem grega, a partir de *pseudes / pseûdos*, que significa literalmente “mentira” ou “falsidade”. Ou seja, falamos de uma democracia falsa, aparente, que incorpora também, o pseudo-intelectual, aquele que finge ser dotado comum nível de conhecimento profundo e extenso, mas que na realidade é meramente superficial.

⁷<http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>

ocupação dos Estados por neofascismos⁸ com o fim de restaurar “a ordem harmônica” entre estrutura e superestrutura resolução para a crise. A direita liberal no Brasil perdeu espaço no último embate eleitoral. As forças progressistas, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), sofreram uma campanha de desgaste e perseguição importante que culminou com a prisão da maior liderança do partido, Luís Inácio Lula da Silva. A extrema-direita que ocupou o palco político trabalha para realinhar o Brasil a um bloco de forças internacionais (liderada por EEUU) que ferem a soberania do país.

Entretanto, nos primeiros meses de governo, a combinação de uma “guerra cultural” reacionária e obscurantista, associada a uma profunda incompetência técnica e política, nos mais importantes escalões rejeita qualquer transição de modelos apostando na tentativa de subordinar os Poderes, legislativo e judiciário, ao Presidente. Esta situação tem gerado rachaduras na suposta “unidade” de forças (empresários, elite, mídias tradicionais, Judiciário na figura da Lava Jato, deputados, senadores, militares, sociedade civil) que ajudaram na sua eleição. Constata-se dessa forma uma “crise de autoridade” na classe dominante.

Segundo Gramsci, “esta é a crise de hegemonia ou crise de Estado no seu conjunto” (GRAMSCI, 2011, p.60). “Um elemento particular da mais geral ‘crise orgânica’” (FILIPPINI, 2017, p. 161). Torna-se vital, para o atual governo, obter o apoio do poder Legislativo para deslanchar as reformas tão caras ao mercado e ter a suficiente adesão do Poder Judiciário para legitimar as ações e medidas empreendidas⁹. Não menos importante é seguir contando com o apoio e a mobilização da sociedade civil, em torno do novo projeto governamental, o que requer dentro da estrutura democrática do Estado, construção de consensos, diálogo e negociação. Ora, o que presenciamos é um embate entre um líder carismático que surge (frente à crise de hegemonia dos partidos tradicionais) para tomar as rédeas do Estado de forma autoritária e centralizadora e, setores que o apoiaram, resistindo a ser tutelados e, perder a força que lhes confere a estrutura democrática (divisão de poderes).

Militares e milícias, a nova “ordem”?

⁸Não nos cabe aqui aprofundar esta categoria, entretanto, a entendemos junto com Gramsci, como produto de uma “crise orgânica” do capitalismo, sendo que, a nova forma de extrema direita que está no Brasil abdica do tradicional nacionalismo.

⁹No caso do Judiciário essa adesão estratégica veio principalmente através da Lava Jato e do Juiz Sérgio Moro. Segundo Roberto Pimenta, deputado federal do PT, a Lava Jato tem um projeto de poder. Fazendo uma autocrítica, o deputado manifesta que o PT ficou apenas comum projeto de governo, realizando mudanças desde a institucionalidade e, abdicando de um projeto autônomo de poder que disputa-se o tipo de sociedade. (TV 247 em Porto Alegre. 25 de maio 2019). Disponível em: <https://youtu.be/Pl-q3FjYzRA>

É expressiva a aparição das forças militares no governo. Cerca de 130 representantes das Forças Armadas entraram para o Executivo. Segundo a historiadora Ana Rita Fonteles¹⁰ esses militares não correspondem tanto ao perfil nacionalista (como era de práxis) e, sim estão mais voltados na defesa de interesses corporativos como os da elite agrária e econômica defendendo o avanço do “desenvolvimento” sobre a Amazônia, e a repressão dos movimentos sociais. Além disso, esse setor militar carrega um *modus operandi*, no mínimo, em desacordo com a “cultura democrática” que exige o respeito aos princípios que protegem a liberdade humana conciliando o governo das maiorias com os direitos individuais e das minorias.

Eles [os militares] não estão na política com igualdade de condições porque detêm as armas e, para, além disso, um ethos (conjunto dos costumes e hábitos) também diferente do que seria o dos políticos do mundo civil – uma hierarquia que é própria, uma dificuldade muito grande de lidar com a questão da diversidade de convicções, da pluralidade de opiniões, e a questão principal de poder impor ou tolher determinados posicionamentos a partir das armas e dos seus interesses (Brasil de Fato, Brasília –DF, Grifo nosso)¹¹

No Congresso Nacional a “bancada da bala”¹², composta por deputados e senadores do Partido Social Liberal (PSL) do Presidente passou de 1 representante em 2014, a 51 em 2018. É um partido sem grande expressão¹³ que diante do atual desgaste entre a Presidência e Congresso tem dado indícios de fragmentação. Tampouco podemos ignorar a entrada no cenário político da milícia¹⁴, que vem conquistando legitimidade dentro do governo Bolsonaro¹⁵. Que papel tem o setor militar que está no primeiro escalão do poder Executivo?

¹⁰Ana Rita Fonteles é historiadora e professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC).

¹¹ <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/06/governo-bolsonaro-tem-cerca-de-130-militares-em-cargos-de-confianca/acessadoem> (6 de março de 2019 às 08:17)

¹² Frente parlamentar composta por políticos que defendem o armamento civil, flexibilização de leis relacionadas a armas e se opõe às políticas desarmamentistas. Entre as grandes bandeiras sem cabeça o movimento pela redução da maioria penal, pelo aumento de pena nos crimes cometidos por agentes da lei e crimes cometidos contra policiais, e pelo fim da saída temporária de presos condenados.

¹³ O partido teve seu registro deferido pelo TSE em 2 de junho de 1998. Seu número de filiados segundo o TSE é de 271.701. O PT tem 1.599.174 filiados. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>

¹⁴ Composta por policiais, bombeiros, agentes penitenciários, militares fora de serviço ou na ativa, esses grupos moram em comunidades intimidando e extorquindo moradores e comerciantes em troca de uma suposta proteção e de serviços como transporte alternativo, gás, ligações clandestinas de TV etc. Segundo o Núcleo de Pesquisas das Violências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, até a operação no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro, no final de novembro de 2010, as milícias dominavam 41,5% das 1.006 favelas do Rio de Janeiro (contra 55,9% por traficantes, e 2,6% pelas Unidades de Polícia Pacificadora). Há numerosas evidências da ligação da família Bolsonaro com as milícias do Rio de Janeiro.

¹⁵ O fenômeno das milícias está presente em outros países como EUA. Recentemente foi denunciada a presença de milícias armadas na fronteira entre México e EUA. O grupo “Patriotas Constitucionais Unidos”, de extrema

e, que papel exercem as milícias? “Uma organização estatal debilitada –adverte Gramsci - é como um exército enfraquecido: entram em ação os *arditi*, isto é, as organizações armadas privadas. Estas usam a ilegalidade [...] como meio de reorganizar o próprio Estado [...]” (IMBORNONE, 2017, p.47)

O presidente cumpriu um compromisso de campanha assinando um decreto para flexibilizar a posse e porte de armas, o que tem gerado insatisfações em grupos evangélicos. Apontam-se, pela imprensa, que os grandes beneficiários desta liberalização serão as milícias (urbanas ou rurais), além do mercado. A resolução se conjuga com a defesa da propriedade privada acima de tudo e, com a ideia de “quem quer a paz tem que se preparar para a guerra” (fala recorrente do Presidente). Tem sido também freqüentes, as declarações incitando reações violentas de grupos e indivíduos da sociedade civil, de viés ultraconservador, como forma de novo “controle social”, coerente com a supressão da esfera pública, indo na contramão da necessária reflexão “sobre a constituição de uma esfera pública democrática [que] está relacionada à necessidade de se repensar as relações entre Estado, mercado e sociedade, à redefinição das relações entre Estado e sociedade civil e entre o público e o privado. (LOLE; STAMPA, 2018, p.55).

Por isso, no fundo o novo *Tosco Brasileiro* é o retorno do coronel de engenho recalçado contra a impostura do síndico bem-comportado. Por isso o novo *Tosco Brasileiro* é a expressão estética e filosófica de nosso choque de incivilidades. [...]. Educar pelas armas e cristianizar pela violência são estratégias pelas quais o *tosco* explora o sentimento ontológico de insegurança. (CHRISTIAN DUNKER)¹⁶

Deus acima de tudo, para quem merece.

Mas, se é verdade que Gramsci critica duramente a religião e a igreja, é preciso evidenciar que reconhece a marca histórica e o potencial revolucionário no “cristianismo popular” e que, em determinadas circunstâncias, a religião pode se tornar uma “formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada” capaz de transformar “a vontade real em um ato de fé (Q11, \$12 p.1388)”. (SEMERARO, 2018, p.226)

direita, veste fardas militares se fazendo passar por oficiais de fronteira para deter os imigrantes. Segundo eles, é uma forma de cooperação com as autoridades, que negam qualquer relação, após as denúncias.

¹⁶Ensaio sobre o “Tosco Brasileiro” na Filosofia e nas Artes. Por Christian Dunker, 23 de maio de 2019. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/opiniao/carteiro-do-inconsciente/ensaio-sobre-o-tosco-brasileiro-na-filosofia-e-nas-artes/>

A Igreja católica teve historicamente participação na vida política do país. Associada à esfera dominante, também emergiu nas lutas latino-americanas contra a opressão oligárquica e, na busca da libertação dos oprimidos. Foi o caso da Teologia da libertação que impulsionou “a resistência contra as múltiplas formas de opressão e consolida propostas que visam superar o modelo dominante de sociedade” (SEMERARO, 2018, p.228). Gramsci percebeu a importância de levar em conta o elemento da religiosidade na *reforma intelectual e moral*, para superar a submissão e passividade das massas e romper os laços da dominação.

Gramsci sinaliza, de fato, que quando se faz política não se pode ignorar o considerável substrato cultural da religiosidade presente no universo dos “simples” e as formas encontradas pelos subalternos nesta expressão para construir a própria identidade e visão de mundo nas lutas emancipatórias. (SEMERARO, 2018, p.233)

Entretanto, ainda que, no Brasil, a linha mais progressista da Igreja católica conquistara recentemente a direção da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), se opondo ao governo Bolsonaro, o protagonismo está com as igrejas evangélicas. A chamada “bancada evangélica” foi um alicerce fundamental no golpe contra Dilma e na bem-sucedida disputa eleitoral de Bolsonaro. Seu “poder de convencimento” através de pautas conservadoras (defesa da família tradicional, criminalização de pessoas e movimentos como LGBTI - lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais-, Feministas, etc.) obteve amplo apoio. O universo evangélico é complexo e não pode ser associado apenas ao universo conservador, não entanto, a maior relevância política está, na atualidade, com os grupos neopentecostais¹⁷

Nas eleições de 2014 as igrejas com maior representação no Congresso foram a Assembleia de Deus, a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Batista. A bancada, durante o *impeachment* da presidenta Dilma, foi liderada por Eduardo Cunha membro da Assembleia de Deus. Esses representantes confrontam abertamente a laicidade do Estado e mobilizam seus fiéis nas pautas políticas. A construção de um poder evangélico não é espontânea ou casual. Em 2008, Edir Macedo, publicava um livro chamado “Plano de

¹⁷No Brasil, o Pentecostalismo se dividiu em 3 períodos, também conhecido como ondas. A primeira onda compreende o período a partir de 1910, com a chegada da Congregação Cristã e, posteriormente, com a chegada da Assembleia de Deus, em 1911. A segunda onda começa na década de 50 e início da década de 60, com o surgimento da Igreja do Evangelho Quadrangular, em 1951, Brasil para Cristo, em 1955 e Deus é Amor, em 1962. A terceira onda surge a partir do final da década de 70, com a Igreja Universal do Reino de Deus e, com ela, surge aquilo que é denominado hoje movimento Neopentecostal brasileiro, com seus expoentes tais como a Universal do Reino de Deus, Mundial da Graça e Internacional da Graça de Deus. As diferenças entre os grupos são diversas. Os neopentecostais têm como carro chefe a teologia da prosperidade. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1258786/2018/05/movimento-pentecostal-e-neopentecostal-diferencas-e-semelhancas/>. Acessado em: 20 de abril de 2019.

Poder”. Segundo o cientista político Roberto Romano professor de ética na Unicamp, Macedo nesse livro envia uma mensagem aos fiéis para que deixem de lado o pudor de lidar com a política. "Vocês já foram conquistados para Jesus, sabem como isso os consola. Mas para que o plano de Deus se realize, temos de deixar de ter o pudor de mexer com a política"¹⁸. A participação política certamente é desejável, entretanto, o “rebanho” evangélico é conduzido por seus “pastores” dentro da nova “onda neopentecostal” apoiando-se na teologia da prosperidade ou evangelho da prosperidade¹⁹. Esta teologia, segundo Boechat, Dutra e Py (2018) transforma a relação com o divino, fazendo do sofrimento, não mais como um caminho que Deus permite para se aperfeiçoar como ser humano e, sim, como sinal de abandono por parte de Deus. A saída é crer no poder da cura e na prosperidade através da fé²⁰. “Ou seja, essa teologia conecta Deus ao mundo capitalista, utilizando recursos sobrenaturais para dar ao indivíduo recursos para “vencer” no mundo contemporâneo (Arenari 2013).” (BOECHAT, DUTRA E PY, 2018, p.203).

Segundo Salvarini (2018)²¹ a Assembleia de Deus e, fazendo parte dela, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, do pastor Silas Malafaia, reúnem mais de 6% da população brasileira, e, junto com a Igreja Universal do Reino de Deus e a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra foram responsáveis pelo forte apoio dos fiéis à candidatura de Jair Bolsonaro. Há que levar em conta os apoios econômicos e midiáticos, como o dado pela rede Record fundada por Edir Macedo. Salvarani alerta ser esta uma ideologia meritocrática e individualista, que choca com a defesa das políticas sociais e inclusivas de governos anteriores. Estas duas questões são relevantes por estarem imbuídas de uma concepção de mundo que naturaliza a desigualdade. Obstrui a constituição de uma *vontade coletiva nacional-popular* que faça do rebanho o próprio pastor de si mesmo, “sujeitos sociais ativos que possam definir os seus direitos e lutar pelo seu reconhecimento” (LOLE; STAMPA, 2018, p.53).

¹⁸ <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/edir-macedo-revela-plano-politico-em-livro-b6szo3aa5rx7he0tu47glmjwu/>

¹⁹A teologia da prosperidade chega ao Brasil por volta dos anos 70 onde encontra divulgadores em igrejas midiáticas que ficam conhecidas como Neopentecostais e, faz com que essa nova teologia se expanda por todo país. A cura de enfermidades, a expulsão de demônios, a vida sem sofrimento, a confissão positiva e sua maior arma, a prosperidade financeira alegando que Jesus morreu na cruz para também nos fazer prósperos.

²⁰O principal responsável por desenvolver essa teologia foi o texano, nascido em 1917, Kenneth Hagin. Após receber o “batismo com o Espírito Santo” em 1937, tornou-se pastor da Assembly of God. Posteriormente, em 1962, Hagin fundou seu próprio movimento, caracterizado por transes, visões, profecias, revelações e experiências sobrenaturais, os quais fundamentavam sua autoridade espiritual (Mariano 1999:152). (BOECHAT, DUTRA E PY, 2018, p. 202)

²¹**Giacomo Salvarani**, professor do Departamento de História da Universidade de Bolonha, em artigo publicado por **Settimana News**, 12-11-2018. A tradução é de **Luisa Rabolini**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584603-brasil-bolsonaro-e-a-teologia-da-prosperidade>>.

A meritocracia sustentada na ideia de que você tem o que merece, em função de sua maior ou menor fé em Deus ou na sua “superioridade” instalam-se como concepção basilar. As conquistas privadas se apresentam sem conexões aparentes com o campo público (ou seja, com o campo político). Vemos isto não só na massa de fieis empobrecidos, miseráveis, também, em setores empresariais e nas elites mais ricas do planeta, como a norte-americana. A bíblia *Com Cristo no Cerrado*²² realizada pela organização com o mesmo nome, sem fins lucrativos, presidida pelo empresário agropecuarista Sr. Alberto Schlatter, da região de Chapadão do Sul/MS tem como objetivo “disseminar a palavra de Deus aos homens de negócios e a todas as famílias ligadas a cadeia produtiva do agronegócio, especialmente nas regiões do Cerrado brasileiro”. Fundada em abril de 2004, atua distribuindo bíblias personalizadas, mensagens gravadas e conferências. Nessa bíblia encontramos depoimentos de empresários do setor e, uma guia para ler as sagradas escrituras. As falas dos empreendedores, em sua maioria, migrantes do sul do país, exaltam desde sua experiência particular (apoiando-se em citações bíblicas, acompanhadas de fotos das monoculturas de algodão, soja, grande maquinaria agrícola) o desbravamento do Cerrado e o espírito arrojado que deu origem ao cultivo da soja, milho e algodão. Sabemos que, neste bioma²³ encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero (é chamado berço das águas) favorecendo a biodiversidade. Entretanto, nessa partilha emocional realizada pelos empresários, parece haver um desconhecimento profundo do bioma. O Cerrado é considerado por eles “solo pobre, com arbustos e árvores de pequeno porte, de poucas nascentes de água e inverno muito seco”²⁴ e, representa “vastas áreas aguardando a chegada de semeadores da Bíblia”. O agronegócio seria o responsável pela “recuperação e florescimento do Cerrado”. *Então o Senhor Deus pôs o homem no jardim do Éden, para cuidar dele e nele fazer plantações (Gn 2.15)*, eles citam. Uma perfeita inversão do olhar que nega as evidências científicas, mas se sustenta na palavra de deus. Ora, nem o Cerrado é fraco e pouco fértil, muito pelo contrário, nem o modelo produtivo das monoculturas é “a mão de deus” recuperando terras e transformando-as em paraísos. Justifica-se o sucesso (enriquecimento) e

²² Publicada pela Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) é uma distribuição gratuita. Pode ser solicitada para a organização Com Cristo no Cerrado.

²³ Segundo o Ministério do Meio Ambiente, do ponto de vista da diversidade biológica, o Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas. Existe uma grande diversidade de habitats, que determinam uma notável alternância de espécies entre diferentes fitofisionomias. Por exemplo, as estimativas recentes, falam de ser o Cerrado refúgio de 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos.

²⁴ As citações são extraídas dos depoimentos dos empresários nas primeiras páginas da Bíblia do Cerrado.

a transformação (destruição) do bioma como obra da fé em deus com mediação do espírito santo.

Se olharmos para uma das classes mais ricas do planeta, a norte-americana, Naomi Klein (2018) desvenda seus argumentos em defesa da meritocracia. Para esses indivíduos e grupos, o sucesso não chegou por causa dos inúmeros privilégios garantidos, esses privilégios foram adquiridos porque “eles” são melhores que os “outros”. Afirma Klein,

Estas são as teorias que sustentam que os ricos e poderosos merecem a sua parte desequilibrada, não principalmente por causa do seu trabalho árduo, mas por causa da sua identidade – a família em que nasceram, a sua (imaginada) genética superior, os seus valores supostamente elevados e, claro, sua raça, religião e gênero. [...]. Eles respondiam que “nossa família é merecedora. Temos melhores valores que passamos adiante ou uma ética de trabalho diferente.”[...] essa auto justificação desliza para um território mais perigoso. “Ouvimos que é tudo genética. Ou que ‘nossa saúde é melhor’ ou ‘temos mais energia’.” (KLEIN, 2018)²⁵

Aníbal Quijano (2014) estudou como a colonização produziu a ideia de raça, ou seja, pessoas e povos são desiguais porque existem raças superiores e inferiores, sendo que essa ideia vai redefinir todas as formas de desigualdade prévias, tais como etnicidade, linhagem, gênero. Para o autor essa episteme construída se sustentou na mística religiosa dualista (alma/corpo; razão/natureza) e a biologização (ideia de raça) e permanece hoje impedindo a igualdade social, impossível nesses parâmetros. Para Quijano este conflito epistêmico é o mais importante e difícil, pois é necessário produzir uma nova subjetividade, que vai ao encontro da luta hegemônica à qual Gramsci faz referência; uma nova concepção de mundo, uma *reforma intelectual e moral* que seja capaz de superar este tipo de civilização injusta e desumana gerada pelo sistema capitalista.

A divisão cartesiana entre “nós x eles”; vencedores x perdedores; superiores x inferiores; bons x maus; amigos x inimigos é dieta de engorde da matriz colonialista e dos neofascismos que as democracias liberais não conseguiram extinguir, até, porque o capitalismo precisa da desigualdade e da concentração de riqueza, justificadas moral e culturalmente.

Início do século XX Gramsci analisava a presença na Itália dessas ideologias racistas na classe operária, principalmente, em relação aos camponeses do sul. “Diziam que os motivos da miséria dessa população estavam em sua inferioridade biológica, em sua preguiça natural. Essa visão, não raramente, podia ser percebida entre os operários do Norte” (REIS,

²⁵ Artigo intitulado “Donald Trump, Brett Kavanaugh e a era dos príncipes mimados”, publicado na revista TheIntercept, no dia 20 de outubro de 2018. Disponível em: < <https://theintercept.com/2018/10/20/donald-trump-brett-kavanaugh-mimados/> >

2017, p.99). Para Gramsci a construção de uma *vontade coletiva* passa por *uma reforma intelectual-moral* que exige o conhecimento profundo do “outro”, através de um diálogo respeitoso, sua valorização e formação político-pedagógica nas lutas operárias. Trata-se de conquistar a massa para a consciência crítica. Gramsci com seu pensamento dialético rompia essas visões dicotômicas presentes nos operários no início do século XX, pois não há uma educação libertária sem dialética.

Gramsci visa, a todo o momento, relativizar, ou mesmo destruir, certas distinções criadas pelas classes dominantes: erudito/popular, filosofia/senso-comum, intelectual/massa, partido/classe, etc. Todas essas contraposições que são construções históricas e culturais, passaram a ser diferenças a-históricas, fixas e naturais. No entanto, o autor sardo demonstra que é possível ver senso-comum na filosofia, assim como filosofia no senso-comum. Esses “mundos” que aparentemente são colocados como naturalmente opostos são, na verdade, expressões de certas concepções ideológicas. Busca-se permanentemente a manutenção da ordem, por meio de construções político-culturais arbitrárias que garantem a legitimidade do poder do dominante sobre o dominado. (REIS, 2017, p.105)

Junto ao pensamento cartesiano e dicotômico, destacamos o poder das palavras como arma para separar mundos que são apenas um, em permanente tensão. Seres humanos *iguais* precisam justificar a exploração ou extermínio desse *igual* fazendo dele um *desigual*.

Decir a alguien bien es bendecirle. Decirle a alguien mal, maldecirle. Los romanos tuvieron que llamar a los esclavos *instrumentivocali* para argumentar su sometimiento, diferenciándolos de los bueyes y otros animales, que eran tan solo *instrumenti*. Sólo porque los conquistadores españoles negaron primero a los indios el alma y luego la entendieron con tabla rasa sobre la que escribir su dominio, pudieron alargar la opresión. Los nazis exterminaron a los judíos una vez que los habían bautizado como *Unmenschen* (no humano). Mucho antes de que los muros de los campos de concentración fueran levantados, ya se había creado una arquitectura de palabras condenatorias que apelaban a lo irracional y hacían de los judíos un peligro incomprensible. (MONEDERO, 2014, p. 76)²⁶

Palavras que apelam para o irracional, repetidas milhões de vezes entram apenas por via sentimental, sem consciência, se incorporam ao *senso comum*, e se fixam como um veneno, dirá Monedero (2014). Ou seja, “Nombrar es hacer política: obliga al colectivo que

²⁶Dizera alguém bem é abençoar-lhe. Dizer a alguém mal é amaldiçoar-lhe. Os romanos tiveram que nomear aos escravos *instrumentivocali* para argumentar seu submetimento, diferenciando-lhes dos bois, e outros animais que eram tão só *instrumenti*. Somente porque os conquistadores espanhóis, primeiro negaram a alma aos índios e, depois a entenderam como *tabua rasa*, sob a que escrever seu domínio é que puderam alongar a opressão. Os nazistas exterminaram aos judeus uma vez que os tinham batizado como *Unmenschen* (não humano). Muito antes que os muros dos campos de concentração fossem levantados, já tinha sido criada uma arquitetura de palavras condenatórias que apelavam para o irracional, e faziam dos judeus um perigo incomprensível. [Tradução livre]

escucha esos nombres a interpretar la realidad de una manera concreta” (Monedero, 2014, p.88)²⁷. Lembremos a manobra *palavrística* (*contingenciamento* em vez de **corte**) utilizada reincidentemente pelos governos para tentarem tornar mais palatável as “tesouradas” nos orçamentos das políticas públicas (como a Educação). Ou, como se ausentou das narrativas a palavra capitalismo (que apela para a exploração e para a luta de classes) e, só se escuta falar em *economia de mercado* (que nos “inclui” a todos como consumidores “iguais”). Espalha-se e generaliza em grupos de extrema-direita a palavra *comunista* (que instiga uma determinada memória emocional, um imaginário de medo e terror) separando e criminalizando milhões de brasileiros que não apóiam o governo de Bolsonaro.

Nenhum atestado de avanço político, econômico ou social com o governo de Jair Bolsonaro. Utiliza-se da mesma linguagem de um passado escravocrata e fascista que busca ser superado há décadas pela humanidade. A questão é se há condições de construir uma *vontade coletiva-nacional-popular* que, se obrigada inicialmente a uma posição defensiva de resistência, não se restrinja a ela, apostando no fortalecimento de uma direção ofensiva? Realizar a *reforma intelectual e moral*, a ruptura epistêmica, que Gramsci reivindicava, exige reinvenção. “Pensar de modo diferente requiere hablar de modo diferente” (MONEDERO, 2014, p.85)²⁸. Requer uma práxis diferente. As forças progressistas renascerão criativamente para enfrentar este período histórico?

O “Progresso”

A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: nesse interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados. (Gramsci, Q13, §34)

Esses “fenômenos patológicos” afetam o Estado democrático (obrigado a abandonar o objetivo de zelar pelo *bem comum* e estabelecer um diálogo mediador entre os diversos interesses públicos e privados) e, afetam, também, o pensamento moderno, que não mais parece comportar (no bom senso, especialmente das novas gerações) um “progresso” que não leva em conta o grave colapso ambiental a que estamos chegando²⁹; nem a submissão de

²⁷ *Nomear é fazer política: obriga ao coletivo que escuta esses nomes a interpretar a realidade de uma forma concreta* [tradução livre]

²⁸ *Pensar de forma diferente, requer falar de forma diferente* [Tradução livre]

²⁹ Cabe lembrar que nas recentes eleições europeias do dia 26 de maio 2019, uma das forças que se consolida é o Partido Verde Europeu (PVE), formado por 32 partidos ecologistas nacionais que, apesar de albergar um espectro de diversidades ideológicas considerável, “se unifica” em torno de algumas pautas comuns como a responsabilidade ambiental, a liberdade individual, a democracia, a diversidade, a justiça social, a igualdade de

metade da população mundial através do machismo, que nega a igualdade defendida pelos movimentos de mulheres; nem a recusa à diversidade de gênero; nem a proliferação exaustiva das relações de competição extrema entre pessoas e grupos, rompendo os laços da solidariedade e empatia, necessários para a constituição de sentimentos de pertencimento; nem a chamada flexibilização laboral que, apenas é uma exploração sem limites do trabalhador, através da precarização, em altos níveis. Autores como Standing (2014) nos levam a pensar na formação de uma nova classe social, o *preariado*³⁰ caracterizada, entre outras coisas, pela total falta de estabilidade e abandono no trabalho.

Uma classe-em-formação, se não ainda uma classe-para-si, no sentido marxista do termo implicando a falta de uma identidade segura baseada no trabalho[...]. Quando estão empregados, ocupam empregos desprovidos de carreira e sem tradições de memória social, ou seja, não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa em práticas estáveis, códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade. (STANDING, 2013, p.31)

Enquanto o progresso representava ter uma vida melhor que as gerações passadas, na atualidade essa ideia não se sustenta mais. As novas gerações se enfrentam à ameaça de perder o que seus pais e avós tinham conquistado.

É relevante, em um contexto de mudança climática, destacar o avanço da “bancada ruralista”, que pressiona por mudanças mais radicais aproveitando a ideologia “antiecológica” do atual governo³¹. Frente ao Ministério de Agricultura, a ministra Tereza Cristina (chamada pelos movimentos sociais de “musa do veneno”) liberou em 120 dias de governo 166 pesticidas, agrotóxicos (rebatizados como “defensivos agrícolas”), 49 classificados como extremamente tóxicos³² gerando uma forte polêmica. Alguns deles proibidos nos EEUU e EU pelo seu alto

gênero, um desenvolvimento sustentável global e a não-violência. Mostra o Ascenso e relevância da questão ambiental para a população europeia.

³⁰Não nos cabe aqui aprofundar o conceito de *preariado* que Standing apresenta, porém, reconhecer que o fenômeno da globalização corporativa e da migração em massa, desenham um cenário onde as novas gerações tem que competir por um trabalho extremamente precário ou inexistente, com frágeis conexões sociais e indenitárias, está distante do antigo “proletariado” que sugeria “uma sociedade composta, em sua maioria, de trabalhadores de longo prazo, em empregos estáveis de horas fixas, com rotas de promoção estabelecidas, sujeitos a acordos de sindicalização e coletivos, com cargos que seus pais e mães teriam entendido, defrontando-se com empregadores locais com cujos nomes e características eles estavam familiarizados” (p.22). Disponível em: https://monoskop.org/images/e/ef/Standing_Guy_O_Precariado_A_nova_classe_perigosa_2013.pdf. Acessado em: 22 de abril 2019

³¹A pauta prioritária que a Frente Parlamentar da Agropecuária enviou ao governo Bolsonaro exige acabar com direitos indígenas, quilombola e da reforma agrária, além de mostrar total descaso com a questão ambiental. Pode se encontrar em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2018/10/Pauta-Prioritaria-Setor-Agropecu%C3%A1rio.pdf>

³²Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/04/30/governo-aprova-mais-14-agrotoxicos-e-chega-a-166-no-ano-47-tem-grau-elevado-de-toxicidade/>. Acessado 20\05\2019

grau de periculosidade para saúde humana e ambiental. O Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles atua como se tivesse a missão de destruir a gestão ambiental levantada no país ao longo das últimas décadas³³. A questão ambiental e a mudança climática são para o novo governo invenções de ativistas que atrapalham o “progresso”.

Estão plantadas as sementes de uma revolta humanista contra a inumanidade pressuposta na redução da natureza e da natureza humana a pura forma-mercadoria. A alienação da natureza é a alienação do potencial da nossa espécie. Isso gera um espírito de revolta no qual, palavras como dignidade, respeito, compaixão, cuidado e afeto se tornam slogans revolucionários, e valores como verdade e beleza substituem os cálculos frios do trabalho social. (HARVEY, 2016, p.242-243)

E, ainda que, o “agro pop”³⁴ se ressentiu nos primeiros meses do governo Bolsonaro por causa dos péssimos posicionamentos adotados na sua política exterior, não está desmotivado, pois vê a chance de se expandir de acordo com seu caráter imediatista. Ganha armas e permissão para matar, na defesa de suas cercas; ganha com a liberalização desmedida de agrotóxicos; ganha com o desmonte da proteção e conservação ambiental. A natureza foi dividida na forma de direitos de propriedade privada garantidos pelo Estado, o que “implica o cercamento dos bens comuns” (HARVEY, 2016, p.233). As resistências camponesas, indígenas, comunidades tradicionais e movimentos rurais e ambientais adquirem uma relevância estratégica para a resistência a esse modelo.

A democracia sem política.

No poder Judiciário as forças conservadoras atuaram, através da “Lava Jato”, que tem exercido uma atuação parcial e partidária ao serviço dos mesmos interesses econômicos e ideológicos do novo governo. Entretanto, se configuram disputas já, que, o poder judiciário também se encontra dividido. O governo precisa garantir a aliança irrestrita desse órgão para implementar seu projeto.

Na esfera da participação cidadã que vinha sendo fortalecida nos últimos governos encontramos investidas sérias para sua supressão. Busca-se erradicar a maior parte dos conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) evidenciando, uma vez mais, o projeto reacionário que tenta impor uma “democracia autoritária” associada à bandeira “ordem e progresso”.

³³<https://exame.abril.com.br/noticias-sobre/meio-ambiente/>;

³⁴“ O agro é pop” é o slogan da mais recente campanha do setor do agronegócio divulgada principalmente pela Rede Globo.

Setores da sociedade política e civil parecem ter medo da democracia³⁵. Associam-na a desordem; ao caos: “os governantes são como os governados, os jovens como os velhos, os escravos como os mestres, os alunos como os professores, os animais como os seus donos. Está tudo de cabeça para baixo, sem dúvida”. (RANCIÈRE, 2014, p. 53). Esse tipo de leitura pode fazer ressurgir novas formas de totalitarismo que se apoiam no divino, e que “fundamenta o governo dos pastores, que resolve o problema [restabelece a ordem], mas à custa da supressão da política” (RANCIÈRE, 2014, p.66. Grifo nosso). Instala-se desde a analogia do rebanho que se deixa conduzir “cordialmente” pelo seu pastor. A política se reduz a obediência. Ora, a política é embate, diversidade, movimento. A ruptura das dominações necessariamente passa pela “igualdade” entre governantes e governados, pela capacidade crítica, organização e, se for o caso, pela desobediência civil frente à exploração e sofrimento provocado pelo Estado à população.

Nesse jogo, o sentimento de medo é uma ferramenta fundamental para o projeto de poder da extrema direita (o medo ao caos econômico, ao caos moral, ao caos social).

De um lado, o poder arbitrário, sem o frio das leis, exercido no interesse do governante e contra os interesses dos governados; e, de outro, o medo como princípio da ação, ou seja, o medo que o povo tem pelo governante e o medo do governante pelo povo—eis as marcas registradas da tirania no decorrer de toda nossa tradição. (ARENDR, 1989, p.513)

“La derecha siempre ha apelado al miedo. La izquierda, a la esperanza” (MONEDERO, 2014, p.113). Uns apelam para imaginários do passado acendendo os alarmes, outros apelam para o futuro, como estímulo mobilizador, na busca de um *dever ser*, que “é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política”. (GRAMSCI, 2011, p.35). A “ordem rígida” do medo e a “desordem criativa” da esperança?

As elites têm medo e buscam ser temidas porque para elas o ideal é “governar sem povo, isto é, sem divisão do povo: governar sem política”. (RANCIÈRE, 2014, p.102). Mas politizar é fazer consciente o conflito inevitável entre diversos interesses (Monedero, 2014). O diálogo se erige como processo político-pedagógico imprescindível. “Cuando la política vence el conflicto es cuando ha triunfado” (MONEDERO, 2014, p.101). Negar o conflito é

³⁵Falamos entendendo-a como sistema político que “tornou-se o terreno específico da luta de classes em ocidente” fugindo de reduzi-la ao sufrágio a cada quatro anos. Para Gramsci está diretamente “ligada á questão da hegemonia que põe ênfase na procura de consenso e no conceito de sociedade regulada como futura e possível superação da distinção entre governantes e governados”. (LIGUORI dicionarop189-190).

apelar para a despolitização. Esse ritual “cordial”³⁶ do brasileiro e, seus sinais de reverência, como disfarce defensivo, encerram em si um potencial imenso para a submissão e a violência. O progressismo tem como primeira bandeira a justiça social, a luta contra as desigualdades. Monedero (2014) lembra a frase de Goethe <prefiro a injustiça que a desordem>, que traduz o pensamento conservador levando-nos irremediavelmente a um tipo de opção. Porém, se a “ordem” não traz justiça? Qual escolheremos?

A *vontade coletiva* em Gramsci não quer retornar ao passado. Busca construir o novo, uma civilização superior, um grau mais alto de humanidade. Supõe um senso crítico e dialético, uma participação protagonista do povo, que não quer ser rebanho conduzido por um pastor, messias, ou salvador da Pátria. A *vontade coletiva* em Gramsci é movimento em direção a um bloco histórico (estrutura + superestrutura) apoiado no equilíbrio de forças, na eliminação da exploração do homem pelo homem. Almeja hegemonizar outro marco de pensamento que enfrente e deslegitime a dominação. Precisa do senso crítico, de exercer a capacidade de pensar (nos fazer pessoas), para poder realizar juízos morais³⁷ e agir em consequência. Enfrenta os conflitos e busca a “ordem justa”.

Nota I. Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade e compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. [...] O início da elaboração crítica e a consciência daquilo que é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise. (GRAMSCI, Q11,p94)

Nesse contexto de crises, aproveitaremos a oportunidade? Saberemos avançar?

BIBLIOGRAFIA

³⁶Fazemos referência à descrição do “homem cordial” analisado por Sérgio Buarque de Holanda na sua obra *Raízes do Brasil*.

³⁷ Parto dos argumentos da Hanna Arendt quando tenta entender porque pessoas ‘normais’ chegaram a instalar a barbárie no nazismo. Uma das suas conclusões, depois do julgamento em Israel de Eichman é que, isso foi possível porque se abdicou da característica que mais define o homem, a sua capacidade de pensar por si mesmo e, conseqüentemente, a sua incapacidade de fazer juízos morais (o que leva a cumprir ordens cegamente).

BOECHAT, João; DUTRA, Roberto; PY, Fábio. Teologia da prosperidade campista: Apóstolo Luciano, e suas ressignificações religiosas na Igreja Pentecostal Semear. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 38(2): 198-220, 2018.

FILIPPINI, Michele. Crise de autoridade. *Dicionário Gramsciano*. (ORG) LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

GRAMSCI, Antonio. Odio a los Indiferentes. Traducción Cristina Marés. Barcelona: Ed. Ariel; 2011

_____. *Cadernos do Cárcere*. V1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1999.

_____. *Cadernos do Cárcere*. V3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2011

HANNA, Arendt. *Origens do Totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HARVEY, David. *17 Contradições e o fim do capitalismo*. Tradução Rogério Bettoni. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

IMBORNONE, Jole Silvia. Ardití. *Dicionário Gramsciano*. (ORG) LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LA PORTA, Lélío. Crise Orgânica. *Dicionário Gramsciano*. (ORG) LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOLE, Ana; STAMPA, Inez. Estado e Sociedade civil e as relações entre o público e o privado no Brasil: reflexões a partir do pensamento de Antonio Gramsci. P41-66. Estado e vontade coletiva em Antonio Gramsci. (ORG) Lole, Ana; Semeraro, Giovanni; Silva, Percival Tavares. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018

MONEDERO, Juan Carlos. *Curso urgente de política para gente decente*. Barcelona: Seix Barral; 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *O Ódio à democracia*. Tradução Mariana Echalar. 1 ed.- São Paulo: Boitempo, 2014

QUIJANO, Aníbal. “Raza”, “etnia” y “nación” en Mariátegui: cuestiones abiertas. Buenos Aires: Clacso, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507040653/eje3-7.pdf>. Acessado em: 18/07/2018.

REIS, Claudio. ANTONIO GRAMSCI E ALTERIDADE: A RELAÇÃO DIRIGENTE/DIRIGIDO. *Dourados*: v. 4, nº. 7, p. 89-107. *Movimentação*; 2017 Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina. p219-237 Estado e vontade coletiva em Antonio Gramsci. (ORG) Lole, Ana; Semeraro, Giovanni; Silva, Percival Tavares. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula; 2018

STANDING, Guy. *O precariado, a nova classe perigosa*. Tradução Cristina Antunez. (Invenções Democráticas, v. IV) 1 ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2014